

## EIXO TEMÁTICO 7 | DIREITOS HUMANOS, VIOLÊNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

### GÊNERO, CONHECIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS: o desenvolvimento de um observatório municipal como estratégia de enfrentamento à violência contra mulheres

**GENDER, KNOWLEDGE AND PUBLIC POLICIES: the development of a municipal observatory as a strategy to combat violence against women**

**Suzianne Jackeline Gomes dos Santos<sup>1</sup>**

#### RESUMO

A produção de dados governamentais sobre a realidade de mulheres que se encontram em situação de violência vem avançando no cenário nacional, porém apresenta alguns limites quando se trata do conhecimento das vivências femininas a nível municipal, necessitando de estratégias de gestão direcionadas à produção de conhecimento a fim de subsidiar a tomada de decisão e ações. Nesse sentido, este artigo objetiva apresentar o processo de desenvolvimento de um observatório municipal de políticas para mulheres, destacando a importância de sua implementação enquanto estratégia de gestão no enfrentamento à violência contra mulheres. Assim, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, apresenta-se aspectos da implementação e atuação do Observatório Mulher Teresina (OMT). A construção de observatórios locais mostra-se fundamental para a elaboração de projetos e ações situadas. Proporciona um olhar interseccional e territorial para a compressão da violência contra as mulheres, contribuindo na execução de políticas públicas mais efetivas.

**Palavras-chave:** políticas públicas; violência contra mulheres; observatórios.

#### ABSTRACT

The production of government data on the reality of women who find themselves in situations of violence has been advancing on the national scene, however it presents some limits when it comes to knowledge of women's experiences at the municipal level, requiring management strategies aimed at producing knowledge at the municipal level. in order to support decision-making and actions. In this sense, this article aims to

<sup>1</sup> Assistente social responsável pelo Observatório Mulher Teresina (OMT). Bacharel em Serviço Social (UFPI), Mestrado em Sociologia (UFPI); su08.santos@gmail.com

present the process of developing a municipal observatory of policies for women, highlighting the importance of its implementation as a management strategy in combating violence against women. Thus, through bibliographic and documentary research, aspects of the implementation and performance of the Observatório Mulher Teresina (OMT) are presented. The construction of local observatories proves to be fundamental for the development of situated projects and actions. It provides an intersectional and territorial perspective on compressing violence against women, contributing to the implementation of more effective public policies.

**Keywords:** public policies; violence against women; observatories.

## 1 INTRODUÇÃO

Para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes, uma etapa importante consiste na identificação do cenário local. Isso possibilita uma melhor mensuração da demanda e do impacto das ações planejadas. Assim, a construção de políticas públicas alia-se ao conhecimento científico de modo a contribuir na organização de evidências que justifiquem a priorização de determinadas ações (Carneiro, Sandroni, 2018).

O acesso e a organização de dados, informações e conhecimento são fundamentais para o suporte à tomada de decisão governamental (Angeloni, 2003). Nesse sentido, surgiram os primeiros observatórios, na Europa em meados da década de 1990, junto com o advento tecnológico e a maior propagação da sociedade da informação, estruturando-se como espaços para sistematizar diferentes informações e analisar a realidade (Soares, Ferneda, Prado, 2018).

A construção desses espaços permanece nos dias atuais, com diferentes formatos e finalidades, dentre elas estão: cobrir necessidades de informação especializada; produzir conhecimentos e reflexão crítica; disseminar o resultado de ações para um público específico; e gerar estatísticas a fim de fortalecer agendas governamentais (Silva *et al*, 2013; Carneiro, Sandroni, 2018). O conhecimento produzido pelos mesmos opera de maneira mais efetiva quando este é utilizado na prática, para a tomada de decisões ou para o planejamento e formulação de políticas (Soares, Ferneda, Prado, 2018). Assim, esses espaços se apresentam de grande valia para a gestão pública na geração de diagnósticos situacionais.

A produção de dados governamentais sobre a realidade de mulheres que se encontram em situação de violência vem avançando no cenário nacional. Existem estruturas organizadas em diferentes níveis geográficos (internacional, nacional, estadual ou municipal), com distintas vinculações institucionais (poder executivo, legislativo, instituições de ensino ou organizações não-governamentais), focadas no debate sobre a violência de gênero ou também abrangendo

outras temáticas (trabalho, saúde, violência, educação, sexualidade, ruralidade, deficiência).

Algumas instituições de referência em pesquisas sobre violência são o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), a Agência Patrícia Galvão, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Observatório da Mulher contra a Violência (OMV), do Senado Federal, e o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, vinculado ao Ministério das Mulheres.

Contudo, a maioria das informações produzidas dizem respeito principalmente ao cenário nacional e/ou estadual. Ainda existem lacunas no conhecimento, geral e em profundidade, da realidade vivenciada pelas mulheres em situação de violência à nível municipal, demandando estratégias locais de gestão direcionadas à produção dessas informações a fim de subsidiar a tomada de decisão e ações governamentais.

Nesse sentido, este artigo objetiva apresentar o processo de desenvolvimento de um observatório municipal de políticas para mulheres, destacando a importância de sua implementação enquanto mecanismo de gestão no enfrentamento à violência contra mulheres. Assim, por meio de pesquisa bibliográfica e documental<sup>2</sup>, apresenta-se aspectos da implementação e atuação do Observatório Mulher Teresina (OMT), vinculado à Secretaria Municipal de Políticas Públicas de Mulheres de Teresina (SMPM).

Inicialmente, discorre-se sobre a relação entre gênero e produção do conhecimento, a crítica à padronização do olhar para a vida cotidiana a partir do masculino universal e a importância da perspectiva interseccional para compreender as vivências femininas. Em seguida, destaca-se a construção do Observatório Mulher Teresina (OMT), bem como as contribuições de suas produções na compreensão da violência contra mulheres no município de Teresina-Piauí.

## **2 GÊNERO E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO**

Para compreender a geração de dados e informações sobre as trajetórias femininas é necessário situar as relações de gênero e o lugar do conhecimento em uma sociedade historicamente androcêntrica, cujo padrão do saber-poder e a organização das cidades são operados no masculino (Perez, 2022). Entende-se gênero como uma estrutura social que

---

<sup>2</sup> Realizada com base em documentos presentes no site da SMPM, plano de trabalho e produções do OMT.

delimita padrões nos modos de experienciar e expressar masculinidades e feminilidades, não sendo algo fixo ou limitado ao binário, estando sempre em “processo de construção, contradição e transformação” (Connell, Pearse, 2015, p.49). O uso da categoria gênero permite entender como os sujeitos sexuais/generificados são (re)significados de acordo com as relações sociais e as correlações de forças (Scott, 1990).

Ao longo dos anos, estudiosas feministas questionam o fato da vida cotidiana ser observada, interpretada, escrita e ouvida sob o olhar predominantemente masculino. Como sua consequência, o conhecimento era situado pensando um sujeito universal, que era: homem, branco, heterossexual, de classe média, cristão, magro, ocidental e sem deficiência (Rago, 1998; Bandeira, 2008; Castro, Egger, 2012; Nascimento, 2021). Tal apreensão do real ocultava a percepção das necessidades produzidas pelas identidades femininas, seja na produção de conhecimento como na organização das cidades e das políticas públicas.

Além disso, ocorria uma hierarquia dos saberes produzidos. Assuntos relativos ao cotidiano das mulheres eram considerados pertinentes enquanto problemática social para as mulheres e autoras feministas, porém eram tratados como temas secundários por outros estudiosos, como tendo “menor importância diante de questões sociológicas e políticas abrangentes” (Scavone, 2008, p.173). Tal perspectiva invisibilizava a vivência de mulheres, desconsiderando a pluralidade do contexto de sujeitos sexuais como uma dimensão constitutiva da vida em sociedade, bem como corroborava para uma relação entre uma “política do conhecimento” e uma “política do gênero” (Arango, 2005, p. 4; Terragni, 2005).

Além de ir contra a hegemonia masculina, para a produção de dados e políticas públicas eficazes em gênero também é necessário desnaturalizar a categoria mulher como universal e pluralizar as sujeitas, compreendendo as realidades e demandas específicas de mulheres de diferentes raças/etnias, classes sociais, idades, territorialidades, corporalidades e sexualidades. Letícia Nascimento (2021) propõe que seja reconhecido a pluralidade nas performances de gênero, dentro das mulheridades, feminilidades ou travestigeneridades, para que, no lugar de produzir outreridades, sejam produzidos modelos de convivência com a diferença, em uma luta coletiva contra a precarização das existências femininas.

[...] o termo “mulheridades” aponta para os processos de produção social dessa categoria [mulher]. Por sua vez, o termo “feminilidades” é uma categoria usada de forma a entender os modos pelos quais sujeitas dentro do feminismo dialogam com o que o imaginário social determina como “feminino”, e que, a partir desse roteiro cultural, produz cocriações e subversões. Além disso, é importante demarcar que

algumas identidades de gênero se reivindicam dentro de uma vivência das feminilidades, mas não se sentem contempladas na categoria mulheridades, como algumas travestis e pessoas não binárias femininas (Nascimento, 2021, p. 25-26).

Além da produção de conhecimento que considere as identidades femininas, é importante que essa sistematização opere considerando as intersecções de gênero com outros marcadores sociais, que também estruturam as relações sociais e corroboram de maneira diferente na vulnerabilização ou não das condições de vidas. A noção de interseccionalidades permite compreender com maior profundidade as desigualdades e discriminações existentes em nossa sociedade (Crenshaw, 2002).

Kia Caldwell (2000) aponta sobre a insuficiência de informações estatísticas no Brasil que agregue informações sobre gênero e raça/etnia, o que ocasiona em análises que compreendem a experiência das mulheres em linhas gerais, sem problematizar sobre o significado e impacto da raça/etnia em suas vidas. Aliado a isso, Djamila Ribeiro (2017) destaca que a universalização da categoria “mulheres” invisibiliza as diferenças entre elas e, por conseguinte, influi na efetividade das políticas públicas, principalmente as de enfrentamento às desigualdades sociais.

Quando, muitas vezes, é apresentada a importância de se pensar políticas públicas para mulheres, comumente ouvimos que as políticas devem ser para todos. Mas quem são esses “todos” ou quantos cabem nesses “todos”? Se mulheres, sobretudo negras, estão num lugar maior de vulnerabilidade social justamente porque essa sociedade produz essas desigualdades, se não se olhar atentamente para elas, se impossibilita o avanço de modo mais profundo. Melhorar o índice de desenvolvimento humano de grupos vulneráveis deveria ser entendido como melhorar o índice de desenvolvimento humano de uma cidade, de um país. E, para tal, é preciso focar nessa realidade, ou como as feministas negras afirmam a muito tempo: nomear. Se não se nomeia uma realidade, sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível. A insistência em falar de mulheres como universais, não marcando as diferenças existentes, faz com que somente parte desse ser mulher seja visto (Ribeiro, 2017, p. 41).

Assim, para o desenvolvimento de políticas públicas para a equidade social é fundamental a produção de conhecimento sobre mulheres que leve em consideração intersecções de gênero, raça/etnia, classe social, idade, sexualidade, identidade de gênero, dentre outros aspectos marcadores de suas vivências.

### 3 O DESENVOLVIMENTO DE UM OBSERVATÓRIO MUNICIPAL COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

O Observatório Mulher Teresina (OMT) é um observatório do tipo “*think tank*”, que articula suas pesquisas a intervenções e formulações de políticas públicas (Braz, 2015). Possui vinculação público institucional com o poder executivo municipal, estando vinculado à Secretária Municipal de Políticas Públicas para Mulheres de Teresina-Piauí (SMPM). O OMT teve o início de sua formulação no ano de 2018, direcionado para pesquisas sobre violência contra as mulheres e estruturando-se como uma proposta de projeto piloto para observatórios locais sobre este tema. A construção do mesmo foi motivada pela Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e por lacunas na produção de dados municipais, conforme apontou o Diagnóstico sobre a Situação de Violência contra a Mulher em Teresina (SMPM, 2018).

A realização de pesquisas sobre violência contra mulheres é apontada na Lei Maria da Penha como uma medida de prevenção, por meio da promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações sob a perspectiva de gênero e de raça ou etnia sobre as causas, as consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher (Brasil, 2016). Além disso, o Diagnóstico sobre a Situação de Violência contra a Mulher em Teresina (SMPM, 2018) revelou desafios municipais no registro, disponibilidade e qualidade dos dados produzidos por órgãos públicos no atendimento às mulheres em situação de violência. Entre as suas recomendações consta o desenvolvimento de pesquisa de prevalência da violência, melhorias no preenchimento de documentos institucionais e na geração de dados, e a construção de metodologias para o monitoramento e avaliação do impacto das ações de enfrentamento à violência. Com isso, foi pontuado como fundamental a criação de um Observatório a nível municipal direcionado para a temática de violência contra a mulher.

Em 2019, deu-se continuidade na sua implementação, sendo a mesma operada com o apoio técnico do Observatório da Mulher contra Violência (OMV), do Senado Federal, por meio de Termo de Acordo Técnico nº20190006/2019. A parceria teve o objetivo de estimular e promover o intercâmbio e desenvolvimento de projetos, estudos e pesquisas de interesse mútuo, sendo um fomento nacional à construção de observatórios locais.

Devido a pandemia ocasionada pelo coronavírus, em 2020, bem como mudanças técnicas e organizacionais na SMPM, as atividades de implementação do Observatório ficaram comprometidas, sendo retomadas em 2021. Além disso, diante dos impactos da pandemia em

diversos cenários da vida das mulheres, foi ampliado os enfoques temáticos deste observatório para quatro: violência contra a mulher; saúde; trabalho (remunerado e não-remunerado) e os usos do tempo; e interseccionalidades e desigualdades sociais. Apresenta quatro eixos norteadores para a sua atuação: sistematização e produção do processo de trabalho e metodologias; desenvolvimento de estudos e pesquisas; mapeamento de políticas públicas municipais direcionadas para mulheres; divulgação de dados e conhecimentos baseados em evidências científicas.

Este observatório é descrito como um espaço técnico-científico para o desenvolvimento de estudos e pesquisas quantitativas e qualitativas sobre a realidade de mulheres teresinenses e a avaliação de ações municipais desenvolvidas para este público com a finalidade de fornecer subsídios para o planejamento e a formulação de políticas públicas municipais. Possui como objetivo geral desenvolver estudos e pesquisas sobre a realidade de mulheres teresinenses e objetivos específicos: conhecer e analisar a realidade dessas mulheres; fomentar o monitoramento e aprimoramento de políticas públicas municipais direcionadas para mulheres; e promover o acesso a conhecimento especializado à gestores municipais e à comunidade.

A criação, monitoramento e avaliação de indicadores é uma das principais funções do Observatório, sendo fundamental o desenvolvimento de metodologias para a organização da coleta e estruturação dos dados, o desenho de acesso a tais informações e a constituição de parcerias institucionais. Para o desenvolvimento dos estudos, os dados e informações divulgadas por observatórios primeiro passam por um processo de catalogação, seleção e síntese, transformando-se em indicadores, que conferem maior significado e relevância à informação do que apenas o dado em estado bruto (Silva *et al*, 2013).

Os indicadores podem ser considerados como um tipo de dado sobre a realidade e sintetizam informação chave para compreender uma dada situação, imaginar situações prováveis e as tendências relacionadas a um tema; por isso são pressupostos importantes nas propostas metodológicas dos observatórios [...]. Cabe ao observatório reunir e consolidar os dados que sustentam os indicadores; tais dados se encontram dispersos em diversos tipos de bases de dados e por várias instituições (Soares, Ferneda, Prado, 2018, p. 97).

Para a construção desses indicadores e definição temática das pesquisas, um aspecto importante é a percepção institucional sobre o que é “ser mulher” e quais mulheridades ou identidades femininas podem ser abarcadas nos conhecimentos produzidos. Considerando o percurso da produção do conhecimento anteriormente mencionado, o OMT vem apresentando em suas produções uma perspectiva interseccional, pontuando dados específicos sobre a

relação de tipos de violência e a raça/etnia, sexualidade, identidade de gênero, geração, deficiência, dentre outros marcadores sociais. Contudo, tais informações fazem parte de pesquisas gerais sobre determinados temas, não tendo ainda pesquisas focadas em expressões de mulheridades/feminilidades, por exemplo apenas com mulheres negras ou mulheres transexuais e travestis.

Outro elemento na efetivação das ações de um observatório de políticas públicas é a intersetorialidade, tendo uma atuação articulada com diferentes setores e com a formação de parcerias com instituições de ensino superior (pública e privada), órgãos do poder público (municipal, estadual e/federal) e/ou sociedade civil organizada. Tendo em vista a realidade do OMT, além do acordo técnico com o Observatório da Mulher contra Violência (OMV), do Senado Federal, também foi firmada parceria com a Secretaria de Segurança do Estado do Piauí, em 2022, por meio do Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2022. Além disso, o mesmo vem apresentando em suas produções a intersetorialidade com outras instituições da Rede de enfrentamento à violência contra mulheres e serviços de saúde que fornecem dados para a efetivação das pesquisas. Esta articulação interinstitucional é basilar para a produção de conhecimento a nível municipal.

Outros aspectos de destaque para a implementação de observatórios locais e, assim, do Observatório Mulher Teresina, é a vontade política para o uso devido das informações geradas e a formação de recursos humanos (OPAS, 2008). A construção do OMT se deu pelo interesse da gestão na sistematização da realidade local e o mesmo integra a estrutura organizacional do organismo de políticas públicas para mulheres do município. Contudo, ainda se apresentam limites na estruturação do espaço no que diz respeito à equipe, possuindo apenas uma pessoa responsável pelo trabalho.

Sobre os recursos humanos, Soares, Ferneda e Prado (2018) indicam um modelo de disposição de equipe técnica em um Observatório:

Um modelo de organização de um observatório pode dispor de recursos humanos da seguinte forma: uma equipe de direção, que se encarrega da atividade executiva para o cumprimento da missão do observatório; um comitê ou grupo científico, com especialistas para apoiar e assessorar as atividades do observatório, em geral lhe atribuindo um rigor acadêmico; um comitê ou grupo técnico, que atua nas atividades operacionais finalísticas do observatório; uma assessoria de comunicação; e demais colaboradores e interlocutores externos (Soares, Ferneda, Prado, 2018, p. 96).

A operacionalização de um observatório com uma equipe reduzida ocasiona em um acúmulo de funções, um processo de trabalho com maior duração de tempo e um menor número de produções. Além disso, também corrobora para uma menor variedade temática nas pesquisas realizadas, uma vez que ocorreu a ampliação dos seus eixos temáticos sem a ampliação de recursos humanos. Desde a sua reativação em 2021, consta no site da SMPM a realização de 18 produções: 02 mapeamentos temáticos de leis municipais (violência de gênero e direitos LGBTQIA+); 07 pesquisas mais abrangentes (04 boletins temáticos sobre violência, 01 pesquisa sobre violência autoprovocada e 02 pesquisas sobre a situação oncológica de mulheres); 04 pesquisas curtas divulgadas em redes sociais (01 sobre gestação em meninas e estupro de vulnerável, 02 sobre trabalho não-remunerado, 01 sobre importunação sexual); além de informações georeferenciadas, a construção de materiais educativos e a organização de eventos de divulgação das pesquisas desenvolvidas.

Em suas publicações, observa-se a ênfase no tema da violência interpessoal contra meninas e mulheres, totalizando 10 produções, das quais 06 apresentam dados sobre a realidade de Teresina. Por meio dessas pesquisas, é possível mensurar ações de prevenção e proteção à vida de meninas e mulheres que residem na cidade. A seguir, destaca-se algumas dessas informações que podem ser utilizadas no fomento de estratégias de enfrentamento à violência contra mulheres:

**Racialização das violências:** tanto nos dados produzidos sobre a violência sexual contra meninas, violência doméstica e familiar contra meninas e mulheres, feminicídios e nos demais casos de mortes violentas intencionais predomina a violência contra mulheres negras (pardas e pretas), mostrando a necessidade de priorização de ações para esse público e prevenção voltada no enfrentamento da misoginia e racismo (Santos, 2022; Aguiar, Medeiros, Santos, 2022; Santos, 2023a; Santos, 2023b);

**Diferenças no tipo da violência segundo o ciclo de vida das mulheres:** a violência contra meninas apresentou-se predominantemente do tipo sexual enquanto a violência contra idosas centra-se na negligência/abandono, violência moral e psicológica. Já nos registros de violência doméstica contra mulheres adultas predominou a psicológica, seguida da moral e física. Enquanto os feminicídios foram praticados principalmente contra mulheres adultas, os demais casos de mortes violentas intencionais majoritariamente foram contra mulheres jovens. Vale ressaltar que, a predominância nos tipos de violências e também no ciclo de vida das identidades femininas apresentou mudanças a depender da fonte institucional de dados,

demonstrando um cenário diferente caso os indicadores sejam coletados por meio dos serviços da assistência social, da saúde ou da segurança pública, por exemplo (Aguilar, Medeiros, Santos, 2022. Santos, 2023b);

**Relação entre feminicídio e abrangência territorial:** No 3º Boletim é possível observar as similaridades e particularidades dos casos de feminicídio em uma escala comparativa entre o município de Teresina, Piauí e Brasil, que chamam a atenção para a importância da compreensão situada da violência. Além disso, no 2º e 3º Boletim é pontuado as zonas de Teresina em que ocorreram mais feminicídios, contribuindo para ações descentralizadas de prevenção (Aguilar, Medeiros, Santos, 2022; Santos, 2023a);

**Demanda por serviço de abrigo para mulheres em situação de violência doméstica e familiar e risco iminente de morte:** no Piauí existe apenas um serviço de acolhimento institucional para esse público. É pontuado que, ao longo de 2018 a 2022, 75% das mulheres acolhidas residem em Teresina, evidenciando a necessidade de criação deste serviço a nível municipal (Santos. 2023b).

**Características e fatores de risco relacionados ao feminicídio íntimo:** em sua segunda pesquisa focada nessa temática, além de apresentar a realidade de maneira quantitativa, o Observatório traz uma análise qualitativa sobre os feminicídios cujos autores eram (ex)companheiros das mulheres, pontuando mais elementos para a prevenção, como alguns fatores de risco presentes nas vivências femininas que antecederam ao assassinato brutal, tais como: histórico de violência no relacionamento, ciúmes excessivos, minimização das violências e do risco à vida, estar em situação de violência sem o suporte institucional dos serviços especializado, perseguição (*stalking*), ameaça de morte, dentre outros (Santos, 2023b).

Além de observar o que é presente nos indicadores também deve-se considerar as lacunas no conhecimento produzido por meio de dados fornecidos por instituições, sendo oportuno a realização de pesquisas qualitativas para melhor compreensão de tipos específicos de violência e/ou como as violências de gênero atravessam de maneira diferentes as corporalidades femininas.

#### 4 CONCLUSÃO

A construção de observatórios locais mostra-se fundamental para a organização de políticas públicas situadas em contextos específicos, contribuindo na execução de políticas

públicas mais efetivas. A experiência do OMT pode contribuir para o fomento de outros centros de pesquisas vinculados ao poder governamental, principalmente a nível municipal. Proporciona um olhar interseccional e territorial na compressão da violência contra mulheres e possibilita a operacionalização de ações de enfrentamento à violência de gênero.

Considera-se que a produção de indicadores e a mensuração da realidade precisa integrar o planejamento estratégico e a estrutura dos órgãos públicos. O fomento de observatórios deve contar tanto com o interesse da gestão para a sua implementação como com o incremento de recursos (humanos, materiais e financeiros) para a sua manutenção. Ademais, o conhecimento produzido pelos observatórios se mostra útil quando é utilizado por toda a sociedade, principalmente pelo poder público para que se possa viabilizar projetos e ações específicas, e pelos movimentos sociais para o monitoramento e a reivindicação de melhorias.

## REFERÊNCIAS

- ANGELONI, M. T. Elementos intervenientes na tomada de decisão. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 17-22, jan./abr. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/3RVhpdpmmsgkwCxtCC6sXkt/abstract/?lang=pt>
- ARANGO, L. G. “¿Tiene sexo la sociología? Consideraciones en torno a la categoría género”. **Revista Sociedad y Economía**, núm. 8, 2005, p 1-24.
- BANDEIRA, L. A. Contribuição da crítica feminista à ciência. **Revista Estudos feministas**. Florianópolis, jan/abr, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000100020>
- BRASIL, REPUBLICA FEDERATIVA DO. **LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)
- BRAZ, P.B. Observatórios: modos de conhecer. **Observatório de Governança Municipal de Fortaleza**. 2015. Disponível em: <http://repositorio.unisinos.br/ihu/v-seminario-observatorios/19-braz-observatorio-conhecer.pdf>
- CARNEIRO, M.J.T.; SANDRONI, L.T. Ciência e política pública na perspectiva dos gestores: clivagens e confluências. **Revista Sociedade e Estado**. Volume 33, N. 1, Jan/Abr, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/FcXQPv7tYjyJQTpZHvfK7kH/?format=pdf&lang=pt>
- CASTRO, A.M.A.; EGGER, E. Alguns apontamentos sobre epistemologia feminista. **Sociais e humanas**, Santa Maria, v.25, n. 02, jul/dez, 2012, p.231-238. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/2862/pdf>

CONNEL, R; PEARSE, R. **Gênero**. São Paulo: nVersos, 2015.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos feministas**, 2002 Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>

CALDWELL, K. L. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**. [on-line]. 2000, vol.08, n.02, pp.91-108. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ref/v08n02/v08n02a07.pdf>

OPAS, Organização Pan-americana da Saúde. **Guia Metodológico Para Multiplicação de Observatórios Municipais de Violência**. 2008. Disponível em: [https://sisnov.campinas.sp.gov.br/biblioteca/gerais/Guia\\_Metodologico.pdf](https://sisnov.campinas.sp.gov.br/biblioteca/gerais/Guia_Metodologico.pdf)

NASCIMENTO, L. **Transfeminismo**. Coleção feminismos plurais. São Paulo: Jandaíra, 2021.

Perez, C. C. **Mulheres invisíveis: o viés dos dados em um mundo projetado para homens**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história IN: PEDRO, J. GROSSI, M. (orgs). **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres: 1998. Disponível em: [http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia\\_feminista.pdf](http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf)

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

SANTOS, S. J. G. 1º Boletim OMT: Violência sexual contra meninas em Teresina. Observatório Mulher Teresina - Secretaria Municipal de políticas públicas para mulheres de Teresina. 2022. Disponível em: <https://smpm.pmt.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/12/2022/05/BOLETIM-OMT-alterado-18-05-1.pdf>

AGUIAR, J. M. B. ; MEDEIROS, P. L; SANTOS, S. J. G. 2º Boletim OMT Violência letal contra as mulheres em Teresina. 2022. Disponível em: <https://smpm.pmt.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/12/2023/05/2-BOLETIM-OMT-10-05-1.pdf>

SANTOS, S. J. G. 3º Boletim OMT: feminicídios em 2022. Observatório Mulher Teresina - Secretaria Municipal de políticas públicas para mulheres de Teresina. 2023a. Disponível em: <https://smpm.pmt.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/12/2024/03/3-Boletim-OMT.-Femicidios-2022-1.pdf>

\_\_\_\_\_. 4º Boletim OMT: a violência contra mulheres em Teresina. Observatório Mulher Teresina - Secretaria Municipal de políticas públicas para mulheres de Teresina. 2023b. Disponível em: <https://smpm.pmt.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/12/2024/03/4-Boletim-OMT-violencia-primeiro-semester-2023.pdf>

SCAVONE, L. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Revista Estudos feministas**, Florianópolis, jan-abr, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n1/a18v16n1>

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v.15, n. 2, jul/dez, 1990. Disponível em:  
<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>

SILVA, A.W.L. et al Observatórios de informação e conhecimento: discutindo bases conceituais e perspectivas de efetividade. **IX Congresso Nacional de Excelência em Gestão**. Anais. jun, 2013. Disponível em: <https://xdocs.com.br/doc/observatorios-de-informacao-e-conhecimento-conceitos-e-efetividade-08p212dpyrnv>

SOARES, L.C; FERNEDA, E.; PRADO, H.A.do. Observatórios: um levantamento do estado do conhecimento. **Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends**. 12:3, 2018, p.86-p.110. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/7958>

SMPM, Secretária Municipal de Políticas Públicas para Mulheres. **Diagnóstico sobre a situação da violência contra a mulher em Teresina**. Xaraés – consultoria e pesquisa. 2018

TERRAGNI, L. A pesquisa em gênero IN: MELUCCI, A. **Por uma sociologia reflexiva**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 141-163.